

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2015 a 27/10/2015

Indexação: "PEC 149/2015"

Documento 1/1

326.1.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 27/10/2015- CD 17:18
Publ.: DCD - 28/10/2015 - 129	DANILO FORTE-PSB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de atuação do Congresso Nacional em prol da retomada de investimentos no País para superação da crise econômica. Solicitação ao Presidente Eduardo Cunha de criação de Comissão Especial destinada ao oferecimento de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 149, de 2015, relativa à revisão do Pacto Federativo. Solicitação aos Deputados de aprovação de projeto de Lei Orçamentária de 2016 com prioridade em investimentos. Contrariedade a proposta de renovação Desvinculação de Receitas da União - DRU e a cortes orçamentários no Programa Bolsa Família.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, hoje estamos aqui mais uma vez reunidos nesta Câmara dos Deputados diante de um quadro político preocupante, porque no País inteiro há uma interrogação muito grande, uma dúvida sobre qual será o nosso destino e qual será o nosso futuro.

A dificuldade do Governo da Presidente Dilma de apresentar uma proposta consolidada no que diz respeito à retomada do desenvolvimento, ao imbróglio orçamentário, numa insegurança que já nos fez postergar por diversos momentos, inclusive na Comissão Mista de Orçamento, a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, tudo isso é reflexo, exatamente, dessa interrogação, desse momento de dificuldade, dessa falta de encontro entre uma política governamental, de gestão, de gerenciamento, e a sua lei mais importante no Congresso Nacional.

E é exatamente a lei mais importante do Congresso Nacional, a Lei Orçamentária de 2016, que causa preocupação. Se por um lado o País agora está tendo que avançar pela própria propositura do Governo no sentido de cortar os seus programas sociais - FIES, PRONATEC e agora até o Bolsa Família -, que foram a base principal do seu

discurso, por outro lado nós temos que buscar alternativas para gerar emprego e desenvolvimento no País, que é a oitava ou nona economia do mundo, portanto um País rico, de dimensões continentais, que tem capacidade de alimentar o mundo, mas cujo povo está pagando um preço altíssimo ou pela irresponsabilidade dos seus governantes ou por falta de políticas mais claras.

No que diz respeito a este momento, essa propositura de retirar recursos do Bolsa Família atinge inclusive e principalmente as pessoas mais carentes. Nós, do Nordeste, estamos atravessando o quinto ano consecutivo de chuvas irregulares e de seca crescente. O quadro de reabastecimento, inclusive de água para consumo humano, ano após ano tem diminuído. Para V.Exas. terem uma ideia, o Açude Castanhão, o maior do Ceará, responsável pelo abastecimento de 40% da população cearense, hoje conta com apenas 19% da sua capacidade de armazenamento, o que provocará, com certeza, no ano que vem, um processo de colapso, de racionamento, se continuar essa perspectiva do El Niño, o fenômeno climático que incide exatamente sobre a temporada de inverno, de chuvas na nossa região.

E tudo isso para dizer exatamente o quê? Que nós precisamos retomar a capacidade de investimento. Não adianta um país ter como prioridade pagar única e exclusivamente os juros da banca. A função rentista do Estado retornou com muita força, dentro de uma agenda que não era a agenda da Presidente, muito menos do Partido dos Trabalhadores.

Em 2014 pagamos 311 milhões de reais de juros à banca. Nesta ano já pagamos algo em torno de 380 milhões. Podemos chegar ao fim do ano pagando mais de meio trilhão, mais de 500 bilhões de reais de juros, sem contar a amortização.

E não ouço ninguém dizer, no plenário ou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Congresso Nacional, que não podemos impor esse sacrifício ao povo brasileiro. O desemprego crescente se deve à falta de investimento. Há falta de investimento por parte do próprio Governo, que tem papel indutor no crescimento da economia. Nossa economia está fadada a diminuir de tamanho. Fundamentalmente, isso corresponde ao retorno da inflação e da carestia.

Para V.Exas. terem ideia, uma senhora simples de Genipabu, em Caucaia, abordou-me nesta semana para dizer que em dezembro - ela me mostrou a conta de luz - pagou 38 reais de energia elétrica e em junho pagou 72 reais. E agora, no mês de setembro, a conta dela veio com o valor de 130 reais. É essa a família que vai pagar a conta do desajuste de um Governo que não tem capacidade de encontrar uma retomada para a economia brasileira? Não, meus amigos! Nós

precisamos fazer com que este Congresso Nacional seja capaz de ditar novos rumos, que nós tenhamos uma agenda diferenciada. E é isso o que estamos discutindo na bancada do PSB. Foi isso o que fizemos no primeiro semestre na Comissão Especial do Pacto Federativo.

Aproveito a oportunidade para pedir ao nosso Presidente Eduardo Cunha que instale o mais rápido possível a Comissão Especial da PEC nº 149, de 2015, a PEC do Pacto Federativo. É essa PEC que vai fortalecer as economias de Estados e Municípios. É essa PEC que vai dar condições para que Estados e Municípios possam ser uma alternativa autônoma, como é no estado federativo, para gerar uma expectativa melhor de crescimento para o País.

Meus amigos, Deputados e Deputadas, eu aqui peço a mobilização de todos no sentido de que possamos construir não um orçamento engessado, não um orçamento que não permita a priorização dos investimentos. É que este Orçamento com uma DRU de 30% e um déficit de 51 bilhões de reais acumulados vai significar para 2016 absolutamente nada de investimento. Nós é que vamos ter de novo, principalmente as regiões mais sacrificadas do País, que pagar um preço extra pela incompetência desse Governo. Não nos cabe nem DRU nem corte no Bolsa Família, que hoje é a esmola, é a subsistência, é a sobrevivência das famílias pobres no Nordeste brasileiro.
